

# RESTAURAÇÃO CATÓLICA, EDUCAÇÃO E CULTURA ESCOLAR: Notas provisórias de uma pesquisa.

NERIS, Wheriston Silva Neris

Licenciado em História Licenciatura Plena, Membro do Grupo de  
Pesquisa História e Religião e Mestrando em Ciências Sociais - PPGCS-UFMA  
[wheristoneris@yahoo.com.br](mailto:wheristoneris@yahoo.com.br)

## 1. GP- Igreja Católica no Brasil

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o movimento reformador católico e a educação no Maranhão da segunda metade do século XIX, apoiando a perspectiva adotada no estudo das afinidades entre formação cultural e história do pensamento católico, entre história da educação e história cultural (FALCON, 2006). Consistindo em uma tentativa de avanço analítico com relação às conclusões do trabalho monográfico que apresentamos recentemente, concentramos no papel da educação recebida pelos clérigos nas instituições educacionais onde eram formados (Seminário das Mercês e de Santo Antônio) com a finalidade de não apenas situá-las em uma configuração social de conjunto, donde se poderia observar a transversalidade em relação às diversas instituições e âmbitos formativos naquele período, como também entender de que maneira elas geravam efeitos imprevisíveis engendrados pelo seu próprio funcionamento e não diretamente explicáveis através das normas e programas rígidos adotados. Assim sendo, apoiamos o referido estudo nas contribuições dos trabalhos que tomam a *cultura escolar* como categoria de interpretação: Dominique Julia (2001), Antonio Vinaso Frago (1995), André Chervel (1990), Vincent; Lahire & Thin (2001), Faria Filho (2000; 2004).

**Palavras-Chave:** Maranhão; Restauração Católica; Educação; Cultura Escolar.

A problematização das relações entre educação e religião desponta no âmbito de um diálogo cada vez mais profícuo entre História da Educação, História Cultural e estudos sobre o religioso. Essa aproximação tem se expressado, entre outros, pelo aumento do número de teses e dissertações concentradas na análise de instituições específicas do catolicismo, pela ação das ordens religiosas, bem como pela sua presença missionária e educativa em várias regiões do Brasil (LONDONO, 2005).

Desde a graduação, interessei-me em contribuir de alguma forma para recuperar e analisar o sentido da presença institucional do catolicismo na educação oitocentista, buscando introduzir no campo da História Eclesiástica uma perspectiva interdisciplinar. Meu trabalho monográfico, intitulado: *A Civilização Católica: O movimento Reformador Católico<sup>1</sup> através da educação e da imprensa na São Luis oitocentista*, consistiu em uma primeira forma de enfrentamento dessa temática.

---

<sup>1</sup> O movimento reformador católico, mais como conhecido pelos termos Ultramontanismo, Romanização e Restauração Católica, consistiu em uma política realizada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países como forma de reforço da autoridade e da hierarquia eclesiásticas católicas em resposta às revoluções do pensamento que tiveram sua expressão na ilustração, iluminismo, racionalismo, positivismo, etc. Inspirada no Concílio de Trento, enfatizando a autonomia da Igreja, o termo reforma significou a tentativa

A abordagem historiográfica construída nessa oportunidade resultou de uma pesquisa realizada fundamentalmente em jornais do século XIX, especialmente o periódico católico “Civilização” que circulou de 1880-1890<sup>2</sup>, assim como de um diálogo com os trabalhos de D. Felipe Conduru Pacheco (1969), Augusto César Marques (1970), Angel Veiga Rodrigues (1982), Lyndon Araújo Santos (2004; 2006), Emanuella Sousa Ribeiro (2003) e Socorro Coelho Cabral (1984).

Nessa análise, procuramos contribuir para a compreensão das especificidades das experiências religiosas no contexto local, orientados pela preocupação em estudar a Igreja Católica como uma instituição dotada de um projeto histórico, cuja compreensão dependia da atenção às estratégias que foram adotadas para sua concretização. Dentre elas, analisamos o investimento realizado em duas: a imprensa, cujo foco de análise recaiu sobre o jornal “Civilização” (1880-1890) e a Educação, concentrando o enfoque sobre os seminários de Santo Antônio (fundado em 1838) e das Mercês (fundado em 1863).

Mediante a análise dos percursos desse movimento, procuramos compreender de que forma a Igreja, através do jornal, construiu representações sobre o papel e o significado do catolicismo sem dissociá-las das relações que se estabeleceram com o desenvolvimento do pensamento moderno. Ademais, na medida em que os chamados clérigos reformadores buscaram intervir no contexto de uma sociedade em mutação, não apenas defenderam os princípios estabelecidos pela hierarquia eclesiástica, como também tentaram construir uma concepção de progresso, civilização e ordem coerentes com os princípios do catolicismo romano.

Tendo em vista que na segunda metade do século XIX se intensificam as críticas realizadas pela intelectualidade local ao catolicismo, visto como inconciliável com palavras como progresso e civilização, o embate realizado nas páginas do jornal adquiria uma função essencial no reforço do projeto de civilização católica. Afinal de contas, essa proposta estava presente no próprio título do periódico: “Civilização”.

Isso se fazia mediante o recurso à habilidade de debater com a intelectualidade local no mesmo campo, se apropriando e buscando redefinir a relação com as “novíssimas orientações do mercado intelectual”<sup>3</sup>. Tratava-se, como concluímos, de alinhar

---

de substituir os elementos considerados deficientes ou sem validade, por novas formas que permitissem a fé católica apresentar-se com nova face. A este respeito ver AZZI (1991), HOORNAERT(1992).

<sup>2</sup> Analisamos, ainda, de forma pontual, alguns jornais católicos publicados anteriormente, a saber: O Eclesiástico, que circulou de 1852 a 1862 e O Christianismo, que circulou de 1854 a 1855, assim como outros jornais como A Fé (1864-1868) e A Nação (1869-1871) e O Pensador (1880-1881).

<sup>3</sup> Essas novas orientações eram traduzidas no consumo de um “bando de idéias novas”, que abrigavam “teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social darwinismo” (ROMERO, Apud SCHWARCZ, 1993, p. 28).

discursivamente o catolicismo aos conceitos de civilização e progresso, defendendo essa relação como único meio legítimo de exercício da racionalidade e único percurso possível para a modernidade, para a Civilização (NERIS, 2007).

Sob a necessidade de romper com uma concepção estética pura e impressionista do jornal “Civilização”, donde as representações formuladas são analisadas sob condições de aquisição excepcionais e a-históricas (BOURDIEU, 2004), que investimos na tentativa de compreensão de quais seriam as suas condições de possibilidade. Dessa forma, focalizamos o papel da educação recebida pelos clérigos nas instituições educacionais onde eram formados (Seminário das Mercês e de Santo Antônio), através do qual se tornava possível apoiar o estudo sobre as relações entre formação cultural e história do pensamento católico, entre história da educação e história cultural (FALCON, 2006)<sup>4</sup>.

Essa preocupação com as relações entre educação e religião decorreu ainda da percepção de que Igreja procurou investir efetivamente no campo educacional de maneira a minimizar os impactos decorrentes das mudanças ocorridas no espaço sócio-cultural. Como sugerimos, o investimento na educação do clero e na abertura de instituições de ensino destinadas a dar a mocidade o conhecimento dos estudos preparatórios ou de humanidades, evidencia que a Igreja acreditava ter a educação um papel preponderante na modelagem do homem e na formação moral do futuro adulto (NERIS, 2007).

Com efeito, no Brasil, as primeiras décadas do século XIX foram caracterizadas por profundas mudanças sociais e políticas, nas quais o Estado nascente, após a independência, buscava marcar sua presença nas diferentes províncias por meio de um governo que ordenasse a construção de um projeto de nação. Situada sob a condição de afirmação de uma ordem civilizada, a institucionalização da escolar elementar, entretanto, foi marcada pela precariedade (FARIA FILHO, 2000). As discussões políticas sobre a formulação de estratégias de difusão e formação da população eram temáticas dotadas de uma grande recorrência, principalmente pelo fato de atribuir-se ao grande contingente populacional marcado pela pobreza, a responsabilidade pela criminalidade e a instabilidade dos governos. Acreditava-se, por conseguinte, que a instrução era o meio de civilizar essa população, possibilitando a sua submissão às leis e à almejada ordem, contribuindo para o fortalecimento do Estado Imperial.

---

<sup>4</sup> Nesse processo, seria ainda possível problematizar a idéia de que, segundo Riolando Azzi (1992), houvera uma tendência de afirmação, no âmbito mais geral, da fama dos colégios dirigidos por religiosos de um e de outro sexo, a partir da segunda metade do século XIX.

Na província do Maranhão, essa (re)organização era discutida a partir de certas idéias presentes, tanto no pensamento educacional brasileiro, como na mentalidade católico-conservadora. Como bem apontou CABRAL (1984, p. 131),

*A instrução no Maranhão, tanto a pública como a particular, segundo as propostas das primeiras décadas estudadas, deveria estar sob o controle do Estado. Esta deveria criar meios para que o ensino público, sobretudo o primário de caráter moralizador, se desenvolvesse.*

O ensino elementar, na perspectiva dominante, deveria ser pautado pela educação de tipo moralizante, donde o ensino religioso exerceria um papel fundamental no currículo<sup>5</sup>. Não é, pois, ao acaso que o Presidente da Província, Eduardo Olímpio Machado (1835), assim se expressara a esse respeito: “Se o ensino não tem prosperado, se não é moralizador, deve-o à ausência do elemento religioso sem o qual acho a ignorância preferível à instrução” (APUD CABRAL, 1984, p. 33).

Essa combinação, ainda pouco explorada, tinha ainda uma função estratégica para o enfrentamento da instabilidade política vivenciada na província, advinda do afloramento de contradições fundamentais existentes, propiciando o surgimento de pequenas desordens, como de movimentos mais sérios, como foi o caso da Balaiada (CABRAL, 1984).

Tratava-se, no campo educacional, de um período marcado por discussões e práticas que apontavam para a necessidade de transformações que produzissem e afirmassem a escola como instituição privilegiada de formação das novas gerações. Assim, a necessidade de analisar as formas através das quais se conjugaram educação e religião nesse processo de institucionalização da escola primária no Maranhão se constituiu no foco analítico.

Em meio a essa centralidade assumida pela necessidade de instrução e escolarização como projetos de controle social e ocidentalização, várias medidas foram tomadas no Maranhão, “como seja, a criação da Inspeção do Ensino (1841), a fundação de uma Escola Normal (...), a decretação da obrigatoriedade do ensino (1849), a realização da Reforma em 1855” (CABRAL, 1984, p. 131)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A conjugação entre “ler e escrever, para Deus e para o Estado”, foi muito bem salientada no contexto paranaense no estudo realizado por Ariclê Vechia (2004), acerca da constituição do “plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná”. A compreensão desse diálogo na província do Maranhão, entretanto, até onde temos conhecimento, ainda está por ser realizada.

<sup>6</sup> Com efeito, esse mesmo período, primeira metade do século XIX, corresponde à criação de inúmeros centros que contribuíram para a dinamização da atmosfera cultural da cidade. No mesmo ano foram fundados: o Liceu, através da Lei n.º 77 de 24 de junho de 1838, tendo como seu primeiro diretor, Sotero dos Reis, e o Seminário de Santo Antônio, no dia 17 de abril de 1838. César Marques ainda faz menção honrosa ao Colégio de Nossa Senhora dos Remédios, fundado pelo Bacharel em Teologia pela Universidade de

O resultado mais visível da criação dessas instituições fora não somente a elaboração de leis e da criação de espaços oficiais de formação das novas gerações que caracterizariam essa nova estrutura formativa, mas a produção de novas “referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de sociabilização e transmissão de conhecimentos como eixo articulador de sentidos e significados” (FARIA FILHO, 2004). Cumpre, pois, assinalar que as disputas em torno das possibilidades de mobilização da escolarização como projeto político, foram fundamentais na constituição de novos valores sociais associados à formação e ao desempenho escolar.

Todavia, como apontou CABRAL (1984), a partir do decênio de 60 surgiram novas preocupações com relação à educação. Essas preocupações foram tomando corpo e vieram a marcar com tendências e características novas a evolução do ensino no Maranhão nas últimas décadas do Império.

*Na base das preocupações, de um modo geral, estava a idéia, presente no pensamento liberal brasileiro dessa época, de que a educação contribuía para o progresso material e, de que a educação, impulsionando o homem ao trabalho, favorecia a produção da riqueza das nações (CABRAL, 1984, p. 132).*

Com base nesse pensamento, paulatinamente foi se afirmando a concepção de que, para desenvolver a instrução, seria “indispensável a prática da liberdade do ensino, isto é, o ensino livre do controle do Estado e aberto à iniciativa particular”. Diferentemente da fase anterior, na qual fora defendido um rígido controle do ensino pelo Estado, a defesa do livre exercício do ensino tendeu a provocar um retraimento dos investimentos e realizações da administração provincial. De maneira geral, isso contribuiu não apenas para um declínio no índice de atendimento da população livre em idade escolar, mas também para a pujança das escolas particulares nos níveis de ensino (CABRAL, 1984).

É, pois, no exato momento em que se nota um retraimento das ações Estatais nesse campo, com a suspensão da Escola Agrícola do Cutim, com a extinção do Asilo Santa Tereza, as restrições feitas ao crescimento da Casa dos Educando Artífices e o declínio do Liceu (CABRAL, 1984), que “Pensou logo S. Exc. [Bispo D. Frei Luiz da Conceição Saraiva<sup>7</sup> (1861-1876)] em fundar um estabelecimento de educação e instrução destinado a dar à mocidade o conhecimento dos estudos preparatórios” (MARQUES, p. 88).

---

Coimbra, Domingos Feliciano Marques Perdigão e, conforme o mesmo, “o primeiro colégio regular que possui esta Província”. (MARQUES, 1970, p. 30). O Colégio Nossa Senhora da Glória, fundado em 1844, atendia também as filhas da elite comercial e agrária.

<sup>7</sup> A trajetória da Restauração Católica no Maranhão é indissociável da atuação dos chamados bispos reformadores. Na monografia tivemos a oportunidade de analisar a trajetória desse movimento no século XIX nos arriscando a operar, inclusive, um recorte excessivamente amplo (1826-1898), mas bastante

Foi assim que no dia 03 de fevereiro de 1863 foi inaugurado o pequeno Seminário de N. S. das Mercês<sup>8</sup>. “Em breve povoou-se este edifício de jovens ávidos de saber, e muitos paes [sic] de família, cheios de confiança, vieram entregar seus filhos aos cuidados do Seminário” (MARQUES, 1970, p.89). “Dotado como é de dormitórios, sala d’aulas, de estudos, rouparia, refeitório, de proporções vastíssimas, admitte [sic] avultado número que poderá ser elevado quando se concluíam as obras projetadas, que fecharão em quadro o edifício” (MARQUES, 1970, p. 517).

A análise das disciplinas que compunham “os cursos do pequeno seminário” que, segundo Augusto César Marques, dividiam-se em dois: “Primário e Secundário. Aquele perfaz-se em dois anos e este em seis.” (MARQUES, 1970, 517), permitiu concluir que a formação oferecida nesse estabelecimento incorporava métodos e conteúdos que, de certa forma, atendiam às expectativas educacionais do período. Daí o ensino oferecido nesse estabelecimento apresentar-se como especialmente atrativo. Nesse sentido, importa observar que, segundo SANTOS (2006, p. 107)

*Os alunos provinham das famílias abastadas da diocese, como o foi o caso de Dorotheo Dias de Freitas, oriundo de importante família de Oeiras no Piauí. Mas havia também petições de candidatos mais pobres para a gratuidade de seus custos. O rendimento das mensalidades era insuficiente e o governo arcava com parte dos custos da manutenção, principalmente os salários dos professores.*

A proximidade do ensino fornecido por estas instituições com as demais, permite inferir a existência daquilo a que Vincent; Lahire e Thin (2001) denominaram de *forma escolar*, ou seja, de uma modalidade de relação escritural-escolar com a linguagem e o mundo que residiria no âmbito de uma configuração social de conjunto e, particularmente, na ligação com a transformação das formas de exercício do poder (VINCENT; LAHIRE & THIN, 2001, p. 16-17).

Falar de *forma escolar* remete, portanto, a pesquisar uma forma de unidade de configuração histórica particular, surgida em determinadas formações sociais, evitando a confusão entre instituição escolar e forma escolar: “precisamos reafirmar que a forma escolar não é estritamente confundida com a instituição escolar, nem limitada por ela, mas

---

proveitoso do ponto de vista da constituição de uma referência ao estudo desse percurso. Nesse processo, necessariamente inacabado, foram analisados 5 bispados: D. Marcos Antônio de Souza (1826-1842), D. Frei Carlos de S. José (1844-1850), D. Manoel Joaquim da Silveira (1851-1861), D. Frei Luiz da Conceição Saraiva (1861-1876), D. Antônio Candido de Alvarenga (1878-1898). Cf. NERIS (2007).

<sup>8</sup> Conhecido como seminário menor ou pequeno seminário, “este estabelecimento de educação e instrução é destinado a dar à mocidade o conhecimento dos estudos preparatórios ou de humanidades” (MARQUES, 1970, p. 517).

é transversal em relação às diversas instituições e grupos sociais” (VIINCENT; LAHIRE & THIN, 2001, p. 46).

Nesse espaço, a criação do “seminário de Nossa Senhora das Mercês e de Santo Antônio, bem como os collegios de Santa Thereza e de Nossa Senhora d’Anunciação e Remédios” (MARQUES, 1970, p. 93) indicam não somente (ou não simplesmente) que a Igreja penetrara no campo da instrução e educação, mas também que a mesma buscou consolidar um projeto educacional que objetivava a formação de cidadãos disciplinados e virtuosos que, além de incorporarem as noções aprendidas no espaço escolar, fossem capazes de promover a reprodução desse modelo no espaço social<sup>9</sup>.

Importa frisar que os seminários, ao contrário do que se pensa, não foram somente centros de atração e formação do pessoal religioso, mas funcionaram também como escolas particulares, constituindo o papel tanto de colégios internos para os herdeiros das elites, como também de uma espécie de refúgio gratuito para rebentos promissores das famílias decadentes. De fato, na medida em que a Igreja oferecia condições para uma formação prolongada, assim como alternativas de carreira no interior da organização eclesiástica, o ensino fornecido nesses espaços podia apresentar-se como especialmente atrativo para os indivíduos excluídos das possibilidades de realizar cursos em faculdades superiores ou estrangeiras (NERIS, 2007).

Nessa pesquisa, apontamos que a formação proporcionada por essas instituições parecia não se distinguir exatamente pela postura nominalmente anti-moderna que a Igreja assume no plano doutrinário durante o século XIX. Posicionamento esse que se encontra presente em inúmeras encíclicas dentre as quais convém destacar a *Quanta Cura* e a *Syllabus Errorum*, publicadas no papado de PIO IX (1848-1876), que nomeiam e atacam os chamados “exageros modernistas”.

Na esteira dos indícios apontados por Angel Veiga Rodriguez (1982), foi possível lidar, então, com a hipótese salutar de que as tendências racionalistas, defendidas pelos filósofos da ilustração e que eram severamente condenadas nessas encíclicas, pareciam encontrar justamente no ensino formulado nesses seminários um dos meios mais eficazes de divulgação. Como sugere o referido autor:

*Certamente o Iluminismo contaminara, em maior ou menor escala todo o clero maranhense, e de modo muito particular os professores do Seminário, (...) essas doutrinas atingiam, em cheio, o espírito dos jovens seminaristas que ali se formavam (RODRIGUEZ, 1982, p. 36).*

---

<sup>9</sup> Contudo, ao referir-se à quantidade de seminaristas em 1861, PACHECO (1969, p. 223) comenta que “Se considerarmos o número de seminaristas, em 1861, ao terminar esse período, eram estes ainda 91 entre internos (38) e externos (53) no seminário Maior, incluindo matérias humanísticas. Tantos externos em relação aos internos levaram já a uma presunção de decadência espiritual”.

Isso permitiu inferir que a educação fornecida nesses espaços foi capaz de integrar logicamente parcelas significativas do clero e da intelectualidade local e dota-los de uma linguagem comum, composta de metáforas e palavras partilhadas. Nas palavras de Rodriguez (1982, p. 29):

*O espírito renovador, de forte colorido revolucionário, calcado nas idéias políticas e sociais que provocaram a Revolução Francesa (...) envolvia, num ideal comum, letrados e clérigos, civis e eclesiásticos. As duas classes se alimentavam por igual, dos mesmos princípios e bebiam nas mesmas fontes.*

Tratando das propostas educacionais dominantes quanto à instrução das camadas não privilegiadas, sobretudo daquelas que defendiam o ensino religioso como elemento fundamental no currículo das escolas primárias, Maria do Socorro Coelho Cabral aponta justamente para as singularidades das relações estabelecidas entre educação e “mentalidade católico conservadora”<sup>10</sup>:

*A concepção de educação como um instrumento moralizador, presente na base dessas propostas educacionais integrava, sobretudo, a mentalidade católico conservadora brasileira da época. Essa idéia, no entanto, aparecia no pensamento educacional maranhense redefinida, ajustando-se às próprias condições contextuais maranhenses (CABRAL, 1984, p. 33).*

Na esteira dessas ambigüidades e de maneira a constituir novos referenciais teóricos para interpretar o universo dessas instituições que nos aproximamos de um conjunto de trabalhos que tomam a noção de *cultura escolar* como *categoria de interpretação*. Nesse campo de investigação, dialogamos principalmente com os trabalhos de Dominique Julia (2001), Antonio Vinaso Frago (1995), André Chervel (1990), Vincent; Lahire & Thin (2001), Faria Filho (2000; 2004), etc.

Com o seu auxílio, foi possível criticar os esquemas explicativos que posicionavam o saber escolar e a própria escola como simples agentes de transmissão de saberes elaborados fora dela, lugar, portanto, do conservadorismo, da rotina e da inércia. Era necessário, em certa medida, construir uma concepção sobre a escola e com ela, sobre as

---

<sup>10</sup> Não foi ao acaso que D. Antônio de Alvarenga (1878-1898), o mais controverso dos bispos reformadores, afirmava a existência de “uma crosta atávica de religiosidade exterior superposta a um fundo de conhecimentos pouco sólidos da Religião”. E continuava: “Os dirigentes mesclavam a algum sentimento cristão idéias filosóficas arrevesadas, importadas de meios mais avançados e nessa desorientação intelectual, proferava geralmente a corrupção moral, que começava a transbordar em manifestações públicas de impiedade” (APUD PACHECO, 1969, p. 398).

instituições confessionais de ensino, que assumisse a sua capacidade de produzir uma cultura específica, singular e original cujos efeitos se estenderiam sobre a sociedade e a cultura, emergindo paradoxalmente de sua própria dinâmica interna.

Essa perspectiva, que propõe uma espécie de virada metodológica nos estudos realizados sobre a história da educação e a história cultural, supôs averiguar, no caso das instituições confessionais que estudamos, a possibilidade de não confundir programas oficiais com as ações concretas observadas nesses espaços. Permitindo, ainda, entender como eram gerados efeitos imprevisíveis do sistema escolar que são engendrados pelo seu próprio funcionamento institucional. Como apontou André Chervel:

*O estudo dessas leva a por em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem da escola encerrada na passividade, e uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel que não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p. 184).*

Entenda-se, por conseguinte, que a educação produzida nesses espaços não somente se apropriava das dinâmicas sócio-culturais que lhe eram contemporâneas<sup>11</sup>, como também produziam efeitos sobre a sociedade e a cultura de sua época; efeitos e dinâmicas que podiam ser visualizados, em certa medida, pela exuberância do *Jornal Civilização* (1880-1890).

Estudar a cultura escolar remet(ia)e, portanto, à tentativa de focalizar os processos e produtos das práticas escolares, isto é, práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a imposição de condutas circunscritas à escola. Como assinala Dominique Julia:

*[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas*

---

<sup>11</sup> Cumpre, pois, ultrapassar os limites da operacionalização generalista que tenta abarcar de maneira inespecífica as formas de escolarização de um dado período sem que, em simultâneo, se tente conferir a qualquer instituição um grau de autonomia absoluta que a tornasse a-histórica. Conforme assinalou Antonio Vinao Frago: “Sin embargo, desde una perspectiva histórica parece más fructífero e interesante hablar, em plural, de culturas escolares. (...) No hay escuelas, colégios, institutos de enseñanza secundaria, universidades o facultades exactamente iguales, aunque puedan establecerse similitudes entre ellas. Las diferencias crecen cuando comparamos las culturas de instituciones que pertenecen a distintos niveles educativos” (VINAO FRAGO, 2001, p. 33).

*(finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)*  
*(JULIA, 2001, p. 10).*

Por conseguinte, analisar a constituição de uma cultura escolar exige três elementos essenciais: um espaço específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional próprio. Conjugados, esses elementos constituem a base para a análise das práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a inculcação de condutas e valores<sup>12</sup>.

Dessa forma, postulamos a existência de afinidades entre parte da elite intelectual ludovicense e do clero na medida em que foram, ainda que com certas distinções, formados em uma mesma tradição escolar, o que torna possível entender o porquê da necessidade constante da reforma da educação, particularmente do clero, na medida em que tinha papel importantíssimo à consolidação do projeto de reformas. A persistência dessas proximidades indica que durante todo o século XIX o movimento reformador católico teve de lidar com uma conjugação talvez pouco desejável.

## 5. Referências Bibliográficas.

AZZI, Riolando. **O altar unido ao Trono: um projeto conservador**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luis, SIOGE, 1984, p.164.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, Porto Alegre, v.2, p.177-229, 1990.

FALCON, Francisco José Calazans. **História Cultural e História da Educação**. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.º32, mai/ago. 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes & VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação MAi/Jun/Jul/Ago, n.º 14, 2000.

---

<sup>12</sup> A possibilidade de articular o entendimento do objeto por nós estudado, atentando para as “mudanças muito pequenas que insensivelmente transformam o sistema” se torna viável por um trabalho incansável – e também interminável que assume o desafio de enfrentamento dos arquivos com base em três vias metodológicas: “A primeira via seria interessar-se pelas normas e pelas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador; e a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares” (JULIA, 2001, p. 19).

- FARIA FILHO, L.M.; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D.G. & PAULILO, A.L. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.º 01, p. 134,159, 2004.
- HOORNAERT, Eduardo et alli. **História da Igreja no Brasil:ensaio de interpretação a partir do povo.** 4ed. Petrópolis:Vozes;Paulinas, 1992.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n.º01, p.9-44, 2001.
- LONDOÑO, Fernando Torres & MANCUSO, Lara. **Los estúdios sobre lo religioso en Brasil: un balance historiográfico.** Istor, p.55-81, 2005.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão.** 3.Ed. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.
- NERIS, Wheriston Silva. **A Civilização Católica: o movimento reformador católico através da educação e da imprensa na São Luis oitocentista.** Monografia de conclusão de curso de História, UFMA, 2007.
- PACHECO, Felipe Conduru. **História Eclesiástica do Maranhão.** São Luís: SENEC, 1969.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922.** Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Dissertação de Mestrado, 2003.
- RODRIGUEZ, Angel Veiga. **Crítica ao Positivismo na Imprensa católica maranhense.** São Luís: SECMA, 1982
- SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira.** São Luís: EDUFMA; São Paulo: Ed. ABHR, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Entre a Terra e o Paraíso: representações do protestantismo no Maranhão (1870/1889).** In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). História do Maranhão: novos ensaios. São Luís: EDUFMA, 2004.
- VECHIA, Ariclê. **O plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná: ler e escrever, para Deus e o Estado.** Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n.º 07, p.135-160, 2004.
- VINAO FRAGO, Antonio. **Historia de la educacion e historia cultural.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n.0, p.63-82, set/dez, 1995.
- VINCENT, G. LAHIRE, B.; THIN, D. **Sobre a história e a teoria da forma escolar.** Educação em Revista, Belo Horizonte, p. 7-48, jun/2001.